

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.836.348 - DF (2019/0265149-1)**

**RELATORA** : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**RECORRENTE** : C DE G DO A - C  
**ADVOGADOS** : MARIANA SEREJO CABRAL DOS ANJOS - AM005985  
FRANCISCO TULLIO DA SILVA MARINHO E OUTRO(S) - AM00A901  
FLAVIA DE PAIVA BRANDI - AM009300  
**RECORRIDO** : P B S A P  
**ADVOGADO** : MAURA SIQUEIRA ROMÃO E OUTRO(S) - RJ121694

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto por C DE G DO A - C, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Distrito Federal e dos Territórios, que inadmitiu o recurso interposto contra acórdão assim ementado:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. RELATOR. DECISÃO MONOCRÁTICA. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. SENTENÇA PROFERIDA NOS AUTOS DE ORIGEM. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. PRECEDENTES. OFENSA AO ART. 946 DO CPC. NÃO CONSTATADA.

1. Havendo a superveniência de sentença que analisa a matéria impugnada, perdem o objeto os recursos anteriores que versaram sobre a questão resolvida por decisão interlocutória combatida via agravo de instrumento.
2. A regra disposta no art. 946 do CPC/2015 não possui caráter absoluto, pois pode suceder que, com a prolação da sentença, o agravo de instrumento perca o seu objeto. Isso porque, o conhecimento exauriente da sentença absorve a cognição sumária da interlocutória.
3. Agravo interno desprovido" (fl. 1.095e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com fulcro nas alíneas **a** e **c** do permissivo constitucional, aduz a parte recorrente, além de divergência jurisprudencial, violação do acórdão recorrido aos seguintes dispositivos e respectivas teses:

(a) 929 a 931 do CPC/2015 - o acórdão proferido é nulo em razão de inequívoca violação ao princípio do juiz natural para fins de submissão dos autos à livre distribuição no órgão prevento, "considerando o tanto quanto disposto nos arts. 81, 82, III e 85, *caput*, e parágrafo único, do Regimento Interno do Tribunal *a quo*, tem-se que o Agravo

de Instrumento deveria, em verdade, ter sido submetido à livre distribuição dentro do órgão prevento, qual seja, a 6ª Turma Cível, haja vista que, mesmo com o afastamento da Desembargadora Ana Maria Duarte Amarante Brito, fica mantida a prevenção em relação ao órgão que integra" (fl. 1.120e);

(b) 489, §1º, IV, VI, do CPC/2015 - houve negativa de prestação jurisdicional, na medida em que "não se manifestou o Tribunal *a quo* com relação ao erro de procedimento referente à nulidade por violação ao juiz natural, tratada em tópico precedente" (fl. 1.121e) (...) "deixou o órgão colegiado de observar os argumentos esposados pela Recorrente no tocante ao cabimento do Agravo de Instrumento notadamente com relação à possibilidade de interpretação ampliativa do art. 1.015, do CPC/2015. (...) as decisões foram omissas com relação aos precedentes mencionados nos autos pela CIGÁS (...) ao ignorar todas as questões anteriormente citadas, o tribunal *a quo* deixou de observar que o simples fato de não existir preclusão em razão da previsão de recorribilidade diferida, bem como a possibilidade de conservação dos efeitos das decisões proferidas por juízo tido posteriormente por incompetente não afasta o perigo do dano apontado pela CIGÁS" (fl. 1.122e).

(c) 946 do CPC/2015 - o aresto recorrido "manteve os termos da decisão que julgou prejudicado o primeiro Agravo Interno interposto pela CIGÁS, em razão da prolação de sentença na ação de origem, que teria ensejado a suposta perda do objeto do recurso. Sucede que, ao assim decidir, o Tribunal *a quo* considerou que a simples prolação de sentença pelo juízo de piso teria o condão de encerrar a discussão da matéria objeto do Agravo de Instrumento, o que contraria o quanto previsto no dispositivo supramencionado" (fl. 1.123e); e

(d) 64, §2º, 485, VII, 489, §1º, IV e VI, 966, II, 1.009, §1º, 1.015, III, do CPC/2015 - "nada obstante tenha o Relator reconhecido que a decisão objeto do Agravo de Instrumento pode causar graves prejuízos às partes e ao regular trâmite da demanda originária, caso apenas seja impugnada quando da interposição de Apelação ou da apresentação das contrarrazões (art. 1.009, §1º, do CPC/2015), afastou o cabimento do Agravo por entender que o presente caso não se encaixaria nas hipóteses do art. 1.015, do CPC/2015. (...) Embora taxativas, tais hipóteses de cabimento podem e devem ser interpretadas extensivamente, haja vista não existir qualquer incompatibilidade entre a taxatividade e a interpretação ampliativa" (fl. 1.124e).

Requer, ao final, o provimento do recurso.

Com as contrarrazões (fls. 1.370/1.375ee), foi dado seguimento ao Recurso Especial (fls. 1.393/1.395e).

A irresignação, todavia, não merece acolhimento.

Inicialmente, verifica-se que o Tribunal de origem não se manifestou acerca da

tese da violação ao princípio do juiz natural para fins de submissão dos autos à livre distribuição no órgão prevento (item a), bem como não se manifestou sobre a tese de interpretação extensiva do rol do art. 1.015 do CPC/2015 (item d). Ressalte-se que a parte recorrente sequer opôs os Embargos Declaratórios cabíveis, para que o Tribunal de origem se pronunciasse sobre o teor da referida tese. Por essa razão, à falta do indispensável prequestionamento, não pode ser conhecido o recurso especial, incidindo o teor da Súmula 282 do STF ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada").

Ademais, em relação ao art. 489, §1º, IV, VI, do CPC/2015, deve-se ressaltar que o acórdão recorrido não incorreu em omissão, uma vez que o voto condutor do julgado apreciou fundamentadamente, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pela parte recorrente.

Com efeito, sobre as teses tidas por omissas e ausentes de fundamentação, a Corte de origem assim se manifestou:

"Aprecio, de início, a arguição de nulidade da decisão agravada por suposta incompetência desse relator.

Destaco que o tema não foi apreciado pela decisão agravada, por falta de provocação das partes, de modo que não se trata de questão que desafie a oposição de embargos de declaração. Contudo, tratando-se de matéria passível de cognição de ofício, aprecio a irrisignação para refutá-la.

O que se constata dos autos é que havia prevenção de órgão e de relator para o julgamento dos recursos interpostos nos processos 2013.01.1.040540-0 e 2014.01.1.199891-5, recaindo a prevenção sobre a nobre Desembargadora ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO, há época que compunha esta Sexta Turma Cível.

Ou seja, ambos os feitos observaram a mesma prevenção de órgão e relator, o que deve ser observado recursos que nele forem interpostos. Tendo a ilustre Desembargadora Preventa sido removida para outro órgão colegiado, o próximo recurso interposto nos referidos processos foi distribuído a este Relator, qual seja, o Agravo de Instrumento nº. 0700142-98.2017.8.07.0000, interposto no processo nº. 2013.01.1.040540-0.

Assim passou a ser este Relator prevento para julgamento dos recursos interpostos nos referidos processos, em substituição com a Desembargadora que detinha a prevenção, e que não mais compõe o órgão colegiado, nos moldes do artigo 81 do Regimento Interno deste

egrégio Tribunal de Justiça.

Essa são apreensões que levaram à redistribuição do processo a esse Relator, e constam expressamente da decisão de ID. 4649995, prolatada pelo Ilustre Desembargador JOSAPHÁ FRANCISCO DOS SANTOS, onde a identidade do litígio havido entre as partes, tanto que o recurso está instruído com decisões prolatadas em ambos os feitos. Confira-se:

'Cuida-se de agravo de instrumento, com pedido liminar de antecipação dos efeitos da tutela recursal, interposto por C. D. G. D. A. contra a r. decisão proferida nos autos do processo n. 2013.01.1.040540-0, ajuizado em seu desfavor por P. B. S. P.. Infere-se da Certidão expedida pelo Serviço de Autuação de Processos Originários (ID n° 4628546) a ocorrência de prevenção à eg. 6ª Turma Cível, em razão de distribuição anterior àquele órgão da Apelação Cível n° 2014.01.1.199891-5, cujo acórdão encontra-se em ID n° 4617673, pg. 121/123 e ID n° 4617675, pg. 1/13.

De igual sorte, constata-se a distribuição do Agravo de Instrumento n. 0700142-98.2017.8.07.0000 à eg. 6ª Turma Cível, de relatoria do il. Des. Alfeu Machado (ID n° 4617784).

Com supedâneo no art. 81, § 1º, do RITJDFT, determino a redistribuição do presente agravo de instrumento à eg. 6ª Turma Cível, compensando-se oportunamente.'

Assim, estando presente a prevenção que ensejou a redistribuição do feito a esta 6ª Turma Cível e a este Relator, deve ser rejeitar a nulidade arguida pela embargante.

Quanto ao mérito dos aclaratórios, verifico que não há vício a ser sanado, uma vez que todas as matérias necessárias ao deslinde da questão restaram suficientemente abordadas no decisum embargado, onde restou apontada, de forma clara e precisa, as razões de inadmissibilidade do agravo de instrumento interposto pela embargante.

O que pretende a recorrente é alterar o entendimento firmado por este Relator, em consonância com a jurisprudência do órgão colegiado, de que a previsão de cabimento de agravo de instrumento para o reconhecimento de convenção de arbitragem não legitima a ambição do rol taxativo do artigo 1.015 do CPC para legitimar a interposição do recurso contra decisão que rejeita arguição de incompetência relativa. E não houve omissão quanto aos pontos discutidos pela embargante, já

que o acórdão apresentou fundamentação idônea, concluindo pela inviabilidade de se adotar interpretação ampliativa por não serem equivalentes as duas situações jurídicas.

E consta de modo expresso na decisão agravada que a questão atinente à competência, comporta recorribilidade diferida, em eventual recurso de apelação. E essa circunstância não se verifica com o reconhecimento da convenção de arbitragem, que retira do poder judiciário a apreciação do litígio, deixando de existir atividade jurisdicional.

Confira-se, a propósito, a literalidade do contido na sentença apelada:

'Outrossim, não é que não caberá recurso contra a decisão que rejeita alegação de incompetência do juízo, mas que o meio e o momento impugnativo para formulação do inconformismo contra atos judiciais dessa natureza, por escolha do legislador e em prestígio da nova sistemática processual que este buscara implantar, foi remetido para etapa processual posterior, circunstancia que vem sendo denominada pela doutrina como recorribilidade diferida ou, ainda, impugnabilidade remota das decisões interlocutórias não recorríveis de imediato.

Ao propósito, embora a previsão de impugnação posterior do decisum em sede de preliminar de razões ou contrarrazões de apelação (NCPC, art. 1.009), a rigor, pudessem impedir o processamento de eventual mandado de segurança para essa mesma finalidade (Lei nº 12.016/09, art. 5º, 11), a contrário sensu, consoante entendimento de José Miguel Garcia Medina, 'não havendo previsão de medida eficiente contra o ato ilegal, deverá ser admitido o mandado de segurança' (in Novo Código de Processo Civil Comentado, 4ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 20/6. P. 1504). Nesse propósito, acrescenta ele que: (...)

Com efeito, respeitados os entendimentos diversos, tem-se por cristalina a escolha do legislador em indicar taxativamente as hipóteses de cabimento de agravo de instrumento, não sendo recorrível por essa via recursal as decisões interlocutórias que resolverem a competência do juízo.

Repise-se que é preciso analisar essa opção legislativa sobre o prisma da nova sistemática processual que o código de ritos em vigor buscou introduzir no ordenamento jurídico brasileiro, a qual, malgrado ainda demande um maior aprofundamento da doutrina e da jurisprudência, nos fornece alguns parâmetros

norteaclares.

Um deles diz respeito à ausência de preclusão imediata das decisões interlocutórias que analisam matérias que não comportam impugnação por meio da interposição de agravo de instrumento, devendo os eventuais inconformismos contra essas decisões serem apresentados, como regra, em razões ou em contrarrazões de apelação.

Isto é, o código de ritos sucessor somente impôs a preclusão imediata das decisões interlocutórias que, informando a análise de uma das matérias indicadas no seu art. 1.015, deixarem de ser impugnada oportunamente por meio de agravo de instrumento, previsto no Capítulo III do Título II do Livro III do Novo Código de Processo Civil.

Por conseguinte, ampliar os casos de cabimento, considerando meramente exemplificativo o rol do mencionado art. 1.015, em eventual interpretação extensiva dessa regra para fins de ampliação das hipóteses de admissibilidade de agravo de instrumento, acabaria por desvirtuar a vigente sistemática processual, causando insegurança jurídica aos jurisdicionados, que poderiam vir a questionar o Tribunal a respeito de eventuais situações controvertidas que surgissem, com receio de não mais poderem discuti-las no processo, quando o próprio código indicou o meio e o momento oportuno para apresentação do correspondente inconformismo.

Corroborando, acrescente-se que em recentes precedentes a respeito, à luz do vigente código de ritos, esta colenda Turma Julgadora decidiu pela taxatividade do rol das hipóteses de cabimento trazido pelo art. 1.015 do NCPC, in verbis: (...)

Desse modo, por opção política do legislador, as decisões interlocutórias que resolvem questões não previstas no rol taxativo do art. 1.015 do NCPC não são passíveis de serem impugnadas pela via do agravo de instrumento.

Por fim, cabe consignar que não se verifica outras hipóteses legais que viessem a acudir a pretensão recursal ora debatida, como aparente querer fazer crer o recorrente.

De resto, ad argumentandum tantum, a respeito do tratamento que o legislador deu à convenção de arbitragem (NCPC, art. 1.015, III), acrescenta-se que a presente interpretação em nada ofende aos ditames da isonomia, seja porque se optou em não inserir as hipóteses de declaração de incompetência no rol de cabimento dos recursos de agravo - não obstante toda

a doutrina e jurisprudência atuante durante a codificação anterior e a participação de juristas e instituições de renome na elaboração da mencionada lei de ritos -, seja porque a convenção de arbitragem não se confunde com as regras de fixação da competência judicial.

Com efeito, diferentemente do que ocorre na declaração de incompetência do juízo, a convenção de arbitragem, conforme já decidiu o c. STJ (AgRg no AREsp 371.993/RJ), uma vez reconhecida, a princípio, tem o condão de derogar a própria jurisdição estatal, de modo a tornar inócua toda a atividade que venha a ser desenvolvida no processo, circunstância não verificada nas decisões que reconhecem a incompetência do juízo, impondo a nova legislação inclusive que os efeitos das decisões pronunciadas por juízo tido posteriormente como incompetente sejam mantidos até que, eventualmente, outra seja proferida (NCPC, art. 64, §4º). Confira-se:'

Dessa forma, não há que se falar em omissão, contradição ou obscuridade do julgado, uma vez que houve a análise das questões postas pelo recorrente no recurso precedente, bem como a exposição de fundamentação adequada a negativa de seguimento do agravo" (fls. 1.021/1.023e).

Outrossim, esta Corte já decidiu que **"não há que se falar em nulidade da decisão proferida, por ofensa ao art. 489, § 1º, V, do Novo Código Civil, quando o julgador decidiu de forma fundamentada, identificando de forma clara e objetiva as teses adotadas, e ainda amparado em precedentes que se ajustam ao caso concreto"** (STJ, AgInt no REsp 1.624.685/MG, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 16/12/2016).

Vale ressaltar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, AgRg no AREsp 408.492/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 24/10/2013; STJ, AgRg no AREsp 406.332/MS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 14/11/2013; STJ, AgRg no REsp 1360762/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/09/2013.

Nesse sentido:

**"RECURSO FUNDADO NO NOVO CPC/2015. TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.**

INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 1.022 DO NOVO CPC/2015.

1. O Plenário do STJ, na sessão de 09.03.2016, definiu que o regime recursal será determinado pela data da publicação da decisão impugnada (Enunciado Administrativo n. 2/STJ). Logo, no caso, aplica-se o Novo CPC/2015.

**2. De acordo com a norma prevista no artigo 1.022 do Novo CPC/2015, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição, omissão da decisão recorrida ou erro material.**

**3. No caso, não se verifica a existência de quaisquer das deficiências em questão, pois o acórdão embargado enfrentou e decidiu, de maneira integral e com fundamentação suficiente, toda a controvérsia posta no recurso.**

4. Considerando que os embargos declaratórios vertentes são os primeiros opostos pela ora embargante, não há se falar em intuito manifestamente protelatório a ensejar a multa prevista no § 2º do art. 1.026 do Novo CPC/2015.

5. Embargos de declaração rejeitados" (STJ, EDcl nos EDcl no AgRg no AgRg no REsp 1.087.921/DF, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 12/08/2016).

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 1.022 DO CPC. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE, ERRO MATERIAL. AUSÊNCIA.

1. Os embargos de declaração, conforme dispõe o art. 1.022 do CPC, destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou corrigir erro material existente no julgado, o que não ocorre na hipótese em apreço.

2. Argumenta-se que as questões levantadas no agravo denegado, capazes, em tese, de infirmar a conclusão adotada monocraticamente, não foram analisadas pelo acórdão embargado (art. 489 do CPC/2015).

Entende-se, ainda, que o art. 1.021, § 3º, do CPC/2015 veda ao relator limitar-se à reprodução dos fundamentos da decisão agravada para julgar improcedente o agravo interno.

**3. O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. A prescrição trazida pelo art. 489 do CPC/2015 veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo Colendo Superior Tribunal**



**de Justiça, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida.**

4. Embargos de declaração rejeitados" (STJ, EDcl no AgRg nos EREsp 1.483.155/BA, Rel. Ministro OG FERNANDES, CORTE ESPECIAL, DJe de 03/08/2016).

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SUPOSTA OFENSA AO ART. 535 DO CPC. **INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO RECORRIDO**. TRIBUTÁRIO. TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE ANÚNCIOS.

1. **'Se os fundamentos do acórdão recorrido não se mostram suficientes ou corretos na opinião do recorrente, não quer dizer que eles não existam. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte'** (AgRg no Ag 56.745/SP, 1ª Turma, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, DJ de 12.12.1994).

2. A análise da legislação local, a fim de que se verifique a regularidade da notificação por meio de edital e a legitimidade da base de cálculo da Taxa de Fiscalização de Anúncios, é obstada, por analogia, pelo disposto na Súmula 280/STF, segundo a qual: 'Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário.'

3. No que se refere à cognição acerca da existência de efetiva notificação acerca do tributo cobrado, bem como do regular exercício do poder de polícia, tal providência está atrelada aos aspectos fático-probatórios da causa, cujo reexame é inviável em sede de recurso especial, tendo em vista a circunstância obstativa decorrente do disposto na Súmula 7/STJ.

4. Por fim, considerando que a cobrança da Taxa de Fiscalização de Anúncios efetuada pelo Município de Belo Horizonte/MG tem por fundamento o exercício do poder de polícia – cuja constitucionalidade tem sido reiteradamente reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal: AI-AgR 618.150/MG, 2ª Turma, Rel. Min. Eros Grau, DJ de 27.4.2007; AI-AgR 554.508/MG, 1ª Turma, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ de 4.8.2006; AI-AgR 445.467/MG, 2ª Turma, Rel. Min. Nelson Jobim, DJ de 19.12.2003; RE 216.207/MG, 1ª Turma, Rel. Min. Ilmar Galvão, DJ de 25.6.1999 –, mostra-se irrelevante qualquer discussão acerca dos requisitos que fundamentam a cobrança de taxa decorrente da 'utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição' (art. 77 do CTN).

5. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, desprovido" (STJ, REsp 801.101/MG, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 23/04/2008).

Por fim, quanto à violação ao art. 946 do CPC/2015, importa considerar que nos termos da jurisprudência desta Casa, a superveniência de sentença proferida no feito principal enseja a perda de objeto de recursos anteriores que versem sobre questões resolvidas por decisão interlocutória.

Nesse sentido:

"PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA DECISÃO QUE REJEITOU A IMPUGNAÇÃO AO VALOR DAS ASTREINTES. POSTERIOR EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO. PERDA DE OBJETO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. INCIDÊNCIA DA MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. O presente agravo interno foi interposto contra decisão publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

**2. A superveniência da sentença proferida no feito principal enseja a perda de objeto de recursos anteriores que versem sobre questões resolvidas por decisão interlocutória combatida via agravo de instrumento (AgRg no REsp 1.485.765/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, DJe 29/10/2015).**

3. A divergência jurisprudencial não ficou demonstrada porque, na hipótese dos autos, o paradigma apresentado no apelo nobre versa sobre agravo de instrumento contra decisão que indeferiu pedido de realização de provas. Já no aresto recorrido, a decisão agravada rejeitou a impugnação ao cumprimento de sentença quanto ao valor das astreintes. Está claro, portanto, que, embora ambos os julgados

tratem de perda de objeto do agravo de instrumento, as situações concretas verificadas em cada um deles são absolutamente distintas.

4. A OPERADORA não apresentou argumento novo capaz de modificar a conclusão adotada, que se apoiou em entendimento aqui consolidado para negar provimento ao seu recurso especial.

5. Em virtude do não provimento do presente recurso, e da anterior advertência quanto a aplicação do NCPC, incide ao caso a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do NCPC, no percentual de 3% sobre o valor atualizado da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito da respectiva quantia, nos termos do § 5º daquele artigo de lei.

6. Agravo interno não provido, com imposição de multa" (STJ, AgInt no AREsp 1.141.088/DF, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJe de 09/03/2018).

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.  
AGRAVO DE INSTRUMENTO DE DECISÃO QUE  
HOMOLOGA CÁLCULOS DO PERITO JUDICIAL.  
SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA. PERDA DO OBJETO.  
DECISÃO MANTIDA.

1. A **jurisprudência do STJ é no sentido de que, havendo a superveniência de sentença que analisa a matéria impugnada, perdem o objeto os recursos anteriores que versaram sobre a questão resolvida por decisão interlocutória combatida via agravo de instrumento, como ocorreu no presente caso. Precedentes.**

2. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 396.382/DF, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, Quarta Turma, DJe de 27/4/2017).

Destarte, aplica-se, ao caso, entendimento consolidado na Súmula 83/STJ, **in verbis**: "Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida".

Assinale-se, também, o não cabimento do Recurso Especial com base no dissídio jurisprudencial, pois as mesmas razões que inviabilizaram o conhecimento do apelo, pela alínea **a**, servem de justificativa quanto à alínea **c** do permissivo constitucional.

Em face do exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, **II**, do RISTJ, **conheço parcialmente** do Recurso Especial e, nessa extensão, **nego-lhe provimento**.

Não obstante o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na

# *Superior Tribunal de Justiça*

forma do art. 85, § 11, do NCPC"), deixo de majorar os honorários advocatícios, já que, conforme orientação fixada pela Súmula 105/STJ, não é admitida a condenação ao pagamento de honorários advocatícios em Mandado de Segurança.

I.

Brasília-DF, 21 de novembro de 2019.

Ministra ASSUSETE MAGALHÃES  
Relatora